



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Marcos Pollon)

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre reuniões com membros do Comando Vermelho no ministério da justiça.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX^a. com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 117, II e 219 do Regimento Interno a Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sr. Flávio Dino, para prestar esclarecimentos sobre reuniões ocorridas no Ministério da Justiça e Segurança Pública com membros do Comando Vermelho.

Apresentação: 13/11/2023 16:12:09.913 - CSPCCO

REQ n.442/2023



exEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

JUSTIFICAÇÃO

O Comando Vermelho (CV) é uma das maiores e mais antigas organizações criminosas do Brasil, com raízes profundas no Rio de Janeiro, mas também expandindo sua influência para além das fronteiras do estado. Originado nas prisões na década de 1970, o Comando Vermelho foi estabelecido como uma facção criminosa, inicialmente com o objetivo de proteger os presos e reivindicar melhores condições carcerárias.

Hoje, o Comando Vermelho é conhecido por estar envolvido em uma ampla gama de atividades ilegais, desde tráfico de drogas a extorsão, roubo, e até mesmo influência política em algumas áreas. Sua presença é sentida não apenas no Rio de Janeiro, mas em várias regiões do país, consolidando alianças e rivalidades com outras facções.

Segundo divulgado em reportagem da Folha de São Paulo, Dentro das dependências do Ministério da Justiça, assessores ligados ao ministro Flávio Dino receberam, por duas ocasiões neste ano, Luciane Barbosa Farias, conhecida como 'dama do tráfico amazonense' e associada ao Comando Vermelho, uma das mais proeminentes facções criminosas do Brasil. Surpreendentemente, seu nome não consta nas agendas oficiais, levantando questões sobre o controle de acesso e a possível falha no monitoramento de pessoas suspeitas, o que poderia representar um risco significativo para os funcionários e a segurança da pasta.

Luciane entrou no Ministério da Justiça em maio sob o disfarce de presidente da Associação Instituto Liberdade do Amazonas (ILA), uma suposta ONG de defesa dos direitos dos presos, mas suspeita-se que esteja diretamente ligada ao Comando Vermelho e possivelmente a outras organizações criminosas. Investigações sigilosas indicam que a organização pode estar sendo financiada com recursos do tráfico, possivelmente em parceria com o Comando Vermelho.

Em encontros com altos funcionários do Ministério, Luciane apresentou denúncias e um suposto 'dossiê' sobre violações de direitos humanos no sistema prisional. No entanto, a falta de clareza sobre as alegações e a ausência de seu nome nas agendas oficiais aumentam as suspeitas sobre suas reais intenções, levantando a possibilidade de uma conexão mais





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

ampla entre suas atividades e a influência do Comando Vermelho e possíveis ligações com outras facções criminosas.

Investigadores da Polícia Civil do Amazonas levantam a possibilidade de que a ILA seja uma fachada do Comando Vermelho, usada para manter a influência da facção e obter vantagens políticas. Há indícios de que as ações sociais promovidas pela entidade são, na verdade, financiadas pelos recursos arrecadados pelos membros do grupo criminoso, possivelmente em parceria com o Comando Vermelho.

Diante dessas circunstâncias e das conexões obscuras, a importância de uma investigação minuciosa para esclarecer as verdadeiras motivações e relações de Luciane e da Associação ILA com atividades criminosas, possivelmente associadas ao Comando Vermelho e a outras organizações criminosas, é evidente. O controle de acesso e a transparência nas reuniões com autoridades governamentais são fundamentais para assegurar a integridade e a segurança do aparato estatal e prevenir possíveis influências e ligações com facções criminosas.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2023.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

